



Parlamento Europeu quer uma política de imigração coerente

O Parlamento Europeu adoptou hoje, por 295 votos a favor, 271 contra e 14 abstenções, uma resolução lamentando que o Conselho ainda não tenha definido uma política comum de imigração e que mantenha, em vez disso, a unanimidade para a imigração legal. Os deputados consideram que "a regularização em massa de imigrantes ilegais não constitui uma solução a longo prazo" e que a partilha das responsabilidades entre os Estados-Membros deve constituir parte integrante da política de imigração da UE.

Sete anos após o Conselho Europeu de Tampere e apesar dos inúmeros pedidos do Parlamento, "o Conselho ainda não definiu uma política comum de imigração, mantendo, em vez disso, a unanimidade e o processo de consulta para todas as questões relacionadas com a imigração legal", assinalam os eurodeputados na resolução apresentada pelos Grupos PSE, ALDE, Verdes/ALE e CEUE/EVN sobre a imigração. O Parlamento Europeu recorda também que "uma política europeia de imigração coerente deve ser acompanhada de uma política de integração", que preveja, entre outras coisas, uma integração apropriada no mercado de trabalho, o direito à educação e à formação, o acesso aos serviços sociais e de saúde, bem como a participação dos imigrantes na vida social, cultural e política.

Uma abordagem abrangente da imigração não pode ignorar os factores de pressão que conduzem as pessoas a abandonarem os seus países. Tal abordagem exige "verdadeiras possibilidades de migração legal para a União Europeia, assim como planos claros para o desenvolvimento e o investimento nos países de origem e de trânsito, incluindo políticas comerciais e agrícolas que promovam as oportunidades económicas", realçam os deputados.

O Parlamento Europeu considera que a partilha das responsabilidades e do ónus financeiro entre os Estados-Membros deve constituir parte integrante da política de imigração da UE, assim como do sistema comum europeu de asilo.

Criação de um fundo de emergência

A Eurocâmara solicita à Comissão Europeia que proponha, o mais brevemente possível, a criação de um fundo de emergência para financiar "equipas de ajuda especializada" que prestem assistência prática para a recepção nas fronteiras e tratem de crises humanitárias nos Estados-Membros. A Comissão deverá incluir, nos novos fundos para o período de 2007-2013, "um mecanismo de emergência que permita a concessão de assistência financeira em situações de emergência".

Directiva sobre a repatriação dos imigrantes

Os eurodeputados reconhecem a necessidade de adoptar uma directiva comunitária

equitativa sobre a repatriação e exortam o Conselho a intensificar os seus esforços com vista a assegurar a aprovação da referida directiva.

Não havendo uma política comum de imigração da UE, os Estados-Membros têm abordagens diferentes ao problema de centenas de milhares de imigrantes ilegais que trabalham ilegalmente e sem protecção social. O Parlamento Europeu considera, porém, que "a regularização em massa de imigrantes ilegais não constitui uma solução a longo prazo, uma vez que tais medidas não resolvem os verdadeiros problemas subjacentes".

Os eurodeputados instam, por fim, os Estados-Membros a reforçar a cooperação no quadro da FRONTEX e a definir melhor a sua missão.

Debate em plenário

O representante da Presidência em exercício do Conselho, Kari **RAJAMÄKI**, ministro do Interior da Finlândia, salientou que é necessária uma abordagem global para combater a imigração ilegal, mas também medidas primárias na região do Mediterrâneo e um maior diálogo com os países africanos, ou seja, "cooperação", mas também "responsabilidades" das autoridades nacionais dos Estados-Membros.

Franco **FRATTINI** frisou também que é necessária uma "resposta imediata" através de uma "partilha de responsabilidades" entre os Estados-Membros. A Comissão quer uma "abordagem comum" para a imigração ilegal, considerando que a cláusula passerelle é um elemento importante e adequado para se poder avançar. "A Europa é como uma bicicleta: ou anda ou cai", ultimou.

Intervenção dos grupos políticos

Para Ewa **KLAMT** (PPE/DE, DE), "a cooperação com os países de origem é parte da solução". A regulamentação da imigração exige esforços em vários campos políticos, salientando que é necessária uma "política responsável" com os outros Estados-Membros. "Não podemos permitir a legalização em massa e ao mesmo tempo pedir o apoio da UE", afirmou a deputada, frisando que se deve pensar nas repercussões nos outros Estados-Membros. Só poderemos ter uma boa política se esta for bem coordenada, concluiu.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) lembrou, que, há cerca de seis anos, António Vitorino, ex-comissário responsável pela Justiça e Assuntos Internos, já tinha avançado com muitas das medidas que ainda estão hoje a ser debatidas. O líder dos socialistas sublinhou que não se deve interferir nas competências próprias dos órgãos nacionais ou locais, mas também não se pode permitir que não haja regras comunitárias quando estas são necessárias para se ter uma política de imigração e para lutar contra o crime organizado. Porque se recusam os Estados-Membros a avançar nestes assuntos? Segundo o eurodeputado, é porque se tratam de "elementos constitutivos" do próprio Estado, que fazem crer aos cidadãos que os seus Estados "têm poder". Ora, os Estados ainda têm receio de dar a impressão de que estão a abdicar da sua soberania. Aos ministros dos Assuntos Internos da UE, SCHULZ avisou: "é necessário agir".

"Se não conseguirmos introduzir a cláusula passerelle nunca teremos uma política credível nem os instrumentos necessários", declarou Graham **WATSON** (ALDE, UK). Os Estados estão a encorajar uma "anarquia global" e os cidadãos querem outra coisa. "Hoje em dia estamos atrasados em relação à opinião pública", que pergunta porque não há uma política comum de imigração. "Nunca perdem uma oportunidade de perder uma oportunidade", pensarão. Por fim, o eurodeputado interrogou a Comissão sobre o que se passa com a "saga das prisões secretas da CIA" e o eventual recurso ao artigo 7º do Tratado UE.

Monica **FRASSONI** (Verdes/ALE, IT) lamentou que Franco FRATTINI utilize a palavra "solidariedade" quando o que quer é impedir que cidadãos de outros países à procura de uma vida melhor cheguem às fronteiras da UE. A deputada dos Verdes criticou o comissário por dizer que uma política de "imigração zero" é possível, mas não dizer que precisamos de muitos desses imigrantes. FRASSONI salientou que há imigrantes qualificados que depois entram num ciclo vicioso de trabalhos "não qualificados". Por fim, criticou o facto de certos Estados-Membros, como a Espanha, a Itália e a França, estarem a "negociar secretamente com países terceiros" que não dão nenhuma garantias em termos de direitos humanos. A deputada apelou a que haja "democracia e transparência à volta destes acordos".

Segundo Giusto **CATANIA** (CEUE/EVN, IT), "parece que estamos a encostar a bicicleta ao muro", referindo-se à falta de vontade política para avançar nestas matérias. O deputado referiu que 15% da imigração chega via mar, mas há outras vias que parecem estar a ser esquecidas. "Não percebo o que este FRONTEX faz para impedir a morte das pessoas", permitindo que o Mediterrâneo seja um "cemitério a céu aberto", declarou.

Romano **LA RUSSA** (UEN, IT) congratulou-se com a atribuição de fundos aos Estados-Membros mais afectados pelo fenómeno da imigração ilegal. O eurodeputado sublinhou ainda que é necessário repartir responsabilidades, criar um programa específico para controlar os fluxos migratórios, combater a imigração ilegal e regulamentar a imigração legal.

Johannes **BLOKLAND** (IND/DEM, NL) assinalou que a UE precisa chegar a uma solução, mas não há acordo entre os Estados-Membros quanto aos meios a utilizar. "É necessária uma solução europeia" – a política comum de imigração é indispensável, os Estados-Membros não podem agir isoladamente. Depois das declarações de Bush revelando a existência de prisões secretas da CIA, ainda não se sabe onde se encontram essas prisões: "O que está a fazer a Comissão Europeia?", questionou.

Segundo Jean-Marie **LE PEN** (NI, FR), ao regularizarem um milhão e meio de imigrantes clandestinos em 2005, a Espanha e a Itália provocaram a vaga de imigração vinda de África. "A Espanha, acusada a justo título de irresponsabilidade pela regularização em massa de imigrantes clandestinos, responde: a maioria dos africanos que chegam às Canárias são francófonos que querem ir trabalhar noutros países". Para o deputado dos não-inscritos, a convenção de Schengen deveria ser "anulada", uma vez que permite que os imigrantes clandestinos, depois de legalizados, "vão ganhar a vida para França". E concluiu: "Sarkozy está mal colocado para criticar a Espanha", tendo em conta que a França é favorável à supressão da unanimidade em matéria de cooperação policial e judiciária.

Intervenção de deputados portugueses

Carlos **COELHO** (PPE/DE): "Uma vez mais fazemos a análise neste Parlamento da construção do espaço de liberdade, segurança e justiça e temos de reconhecer que muito foi feito, mas muito há ainda a fazer. Agradeço as referências simpáticas do senhor ministro à conclusão do dossier SIS (Sistema de Informação Schengen) e espero que seja possível votar rapidamente um compromisso em primeira leitura que nos dotar de um instrumento legislativo necessário à implementação da segunda geração do SIS.

Felicito também a Presidência finlandesa por ter incluído a questão da imigração entre as prioridades para o próximo Conselho Europeu. Esperamos que o Conselho responda ao nosso pedido para generalizar o processo de co-decisão, estendendo-o às áreas de imigração legal e da integração. Queremos mais legitimidade democrática e a existência de uma abordagem europeia comum em matéria de migração com base nos princípios da coesão e da solidariedade que contemple uma política de integração dos imigrantes que vivem legalmente na Europa.

Gostei de ouvir o senhor ministro referir os recentes acontecimentos nas Ilhas Canárias e no Mediterrâneo. São necessárias medidas urgentes de cooperação concretas no domínio da cooperação operacional marítima, de forma a desenvolver capacidades de vigilância adequadas nas fronteiras marítimas, bem como criar equipas de intervenção rápida nas fronteiras. Mas concordo, particularmente, com aquilo que disse o comissário FRATTINI, é necessário dotar os instrumentos comunitários de meios, o FRONTEX, por exemplo, não pode ser privado dos necessários meios financeiros para cumprir as suas funções.

Finalmente, a política de imigração deve contemplar o combate sem tréguas à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, ao retorno dos ilegais aos países de origem, a existência de canais abertos para a imigração legal e a cooperação e o apoio ao desenvolvimento dos países de origem, mas é necessário que condenemos processos extraordinários de regularização em massa de imigrantes como aqueles que a Espanha fez em Maio do ano passado".

Pedro **GUERREIRO** (CEUE/EVN): "Numa intervenção de 1 minuto, sobre a importante questão da imigração – que exigiria uma ampla abordagem dadas as múltiplas vertentes que contempla – gostaria de reafir-

mar que:

- Impõe-se o fim das políticas securitárias e repressivas que criminalizam os imigrantes, homens e mulheres que apenas aspiram a um trabalho e a uma vida digna;
- Impõe-se o encerramento dos centros de detenção de imigrantes e o fim da desumana política de deportação;
- Impõe-se o combate aos traficantes de seres humanos e aos que são coniventes com estes;
- Impõe-se o combate à xenofobia e ao racismo e a todas as políticas e deturpações que os alimentam;
- Impõe-se a regularização dos trabalhadores migrantes, assegurando os seus direitos laborais e sociais, condição necessária para o fim de inaceitáveis situações de sobre-exploração;
- Impõe-se uma efectiva política de integração, que inclua, nomeadamente, o direito ao reagrupamento familiar;
- Impõe-se uma política que inverta o actual acentuar da concentração da riqueza nuns poucos à custa da exploração e da pobreza de milhões e milhões de seres humanos. Alguns dados das Nações Unidas: as 691 pessoas mais ricas do mundo possuem uma fortuna líquida equivalente a 2,2 biliões de dólares, ou seja, igual à riqueza combinada de 145 países mais pobres. Posto de outra forma, as 500 pessoas mais ricas têm um rendimento combinado maior que as 416 milhões de pessoas mais pobres. Os 8 milhões mais ricos possuem uma fortuna líquida equivalente a 80% do PIB de todos os países do mundo;
- Ou seja, é necessária uma política que utilize os amplos recursos, meios e avanços científico-técnicos da humanidade para a resolução efectiva dos problemas com que se confrontam os povos do Mundo. Uma política oposta ao neoliberalismo, ao militarismo e ao desrespeito da soberania dos povos e dos Estados".

Contacto :

Isabel NADKARNI

Serviço de Imprensa - Sector Português

E-mail: imprensa-PT@europarl.europa.eu

BXL: (32-2) 28 32198

STR: (33-3) 881 76758

Maria ANDRES MARIN

Serviço de Imprensa - Especialista da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

E-mail: libe-press@europarl.europa.eu

BXL: (32-2) 28 32119

STR: (33-3) 881 76673